

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.625 - DF (2019/0266867-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : PAULO ROBERTO DE SOUZA DUTRA
ADVOGADO : FERNANDO CARNEIRO BRASIL - DF029425
RECORRIDO : DARCY TEREZINHA DE JESUS
ADVOGADO : WANESSA LIMA DOS SANTOS ANDREJANINI - DF025765
RECORRIDO : OSCAR FRANCISCO DE JESUS
AGRAVANTE : OSCAR FRANCISCO DE JESUS
ADVOGADO : JOÃO PIRES DOS SANTOS - DF015399
AGRAVADO : DARCY TEREZINHA DE JESUS
ADVOGADO : WANESSA LIMA DOS SANTOS ANDREJANINI - DF025765
AGRAVADO : PAULO ROBERTO DE SOUZA DUTRA
ADVOGADO : FERNANDO CARNEIRO BRASIL - DF029425

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO ROBERTO DE SOUZA DUTRA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 218-219):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. COAÇÃO. OUTORGA PROCURAÇÃO. SIMULAÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA. GARANTIA DE EMPRÉSTIMO. AGIOTAGEM.

AUSÊNCIA DE PROVA. HONORÁRIOS. VALOR DA CAUSA. MONTANTE EXCESSIVO. CRITÉRIO EQUITATIVO DO §8º DO ARTIGO 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015.

1. Não há que se falar em cerceamento de defesa se a parte autora não postulou a produção de novas provas quando determinado pelo magistrado. Ainda que assim não fosse, a cassação da sentença somente se justificara no caso de a parte recorrente esclarecer como a atividade probatória pretendida pode infirmar os fundamentos da sentença combatida, sob pena de violação do princípio da duração razoável do processo, previsto não apenas na Constituição Federal, como também no Código Processo Civil (art. 5º, LXXVIII, CF e art. 4, CPC).

2. A atuação do NUPMETAS está devidamente respaldada na Portaria Conjunta nº 33/2013, e a sua finalidade é dar maior celeridade à prestação jurisdicional, sendo certo que a atuação de magistrado pertencente a este núcleo não é menos atenciosa do que a

de outro magistrado, não havendo qualquer nulidade na sentença tão somente porque ter sido proferida por magistrado pertencente a este núcleo.

3. O reconhecimento da coação para assinatura de procuração, deve ser precedido de prova robusta de que houve um fundado temor de dano à pessoa, familiares ou bens, bem como se estabelecer uma relação de causalidade entre a ameaça e o ato. À míngua de demonstração de vício de vontade, prevalecem as cláusulas contratuais.

4. É inviável acolher alegação de nulidade do negócio jurídico por ocorrência de simulação de compra e venda de imóvel, na hipótese em que há recibos de pagamento sobre a transação de compra e venda nos termos do que previsto no pacto, além de não existir qualquer comprovante a respeito do negócio que se pretendeu simular, sendo certo que cabe a parte autora a produção de prova em seu favor. Regra de distribuição do ônus da prova, estabelecida pelo art. 373 do CPC.

5. A confissão por um dos réus, filho da parte autora, sobre a ocorrência de simulação de negócio jurídico, destoando das demais provas do processo não é suficiente para declarar a nulidade da compra e venda, sobretudo quando levada em consideração a regra constante no art. 391 do Código de Processo Civil, na qual prevê que a confissão judicial não pode prejudicar o outro litisconsorte.

6. A jurisprudência desta Corte vem admitindo a aplicação do critério da equidade, para melhor dimensionar o valor dos honorários sucumbenciais, nas hipóteses em que o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor da causa, previsto no § 2º do artigo 85 do CPC/2015, resulte em montante desproporcional à complexidade do feito.

7. Recursos conhecidos e não providos.

Nas razões do especial, alega o recorrente violação do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Defende que o arbitramento da verba honorária deve ser fixado no mínimo em 10% (dez por cento) e não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Busca o afastamento da aplicação do § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, eis que a causa não é de valor inestimável ou irrisório e envolve quantia certa.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz que o arbitramento dos honorários advocatícios em quantia inferior a 0,2% do valor da causa "mostra-se aviltante, em verdadeiro atentado à atividade do advogado" e "jamais poderia ser utilizada como critério para reduzir os honorários sucumbenciais aos causídicos que atuaram no processo" (e-STJ, fl. 255).

Contrarrazões apresentadas às fls. 318-322 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 294-295 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Assiste razão ao agravante.

Cuida-se de ação declaratória de nulidade com pedido de tutela antecipada proposta por DARCY TEREZINHA DE JESUS, ora recorrida.

A sentença julgou improcedente o pedido formulado na inicial, revogou a tutela cautelar e fixou os honorários sucumbenciais em R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada um dos advogados, assim consignando (e-STJ, fls. 131-132):

O valor atribuído à causa foi de R\$ 500.000,00, o que resulta num valor de R\$ 50.000,00 a título de honorários de sucumbência se aplicada a regra do art. 85, § 2º do CPC/15. Sem desmerecer a atuação dos zelosos advogados da parte requerida, tal valor se mostra manifestamente desproporcional à complexidade da causa, que envolve alegação de nulidade do negócio jurídico, cujas questões jurídicas e fáticas envolvidas não apresentam elevado grau de dificuldade.

Nessa linha de raciocínio, tem-se que o valor dos honorários de sucumbência deve ser fixado por arbitramento, a fim de se observar a razoabilidade na fixação de tal encargo. Aliás, o próprio art. 85, § 8º, do CPC/15 traz redação que permite tal interpretação, pois ao opor as expressões "inestimável" e "irrisório", quis viabilizar sua aplicação nas causas cujo valor pretendido é extremamente alto, exatamente como ocorre na hipótese vertente. Nesse sentido há diversos precedentes do TJDFT.

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação apresentada pelo recorrente, na qual se pretendia a aplicação do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, assim se pronunciou (e-STJ, fls. 227-228):

Superior Tribunal de Justiça

No caso, foi interposta ação declaratória de nulidade de negócio jurídico na qual se buscava a declaração de nulidade de todos os atos que importaram na compra e venda de imóvel, bem como do referido registro público, uma vez que a parte autora acreditava ter ocorrido coação e simulação na prática dos atos jurídicos. Foi atribuído como valor da causa a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), tendo em vista o valor do imóvel cuja compra e venda se pretendia anular. O MM. Juízo "a quo" ao constatar a ausência de complexidade da demanda, bem como o elevado valor da causa, corretamente aplicou o § 8º do art. 85, do NCPC, fixando os honorários de forma equitativa, uma vez que na hipótese a fixação dos honorários entre 10 e 20% do valor da causa nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/15 seria desproporcional a complexidade da causa.

Os honorários, caso fossem fixados em 10% sobre o valor da causa, que corresponde a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), redundaria em honorários de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o que considerando o período de tramitação do feito, bem como o trabalho realizado nos autos, onde se observa ausência de complexidade ao se desenvolver as teses contrárias da pretensão da Autora, redundaria em quantia demasiadamente excessiva.

Em casos semelhantes, conquanto o art. 85, § 8º não faça previsão expressa, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, que também norteiam o Código de Processo Civil (art. 8º), a jurisprudência desta Corte vem admitindo a aplicação do critério da equidade, para melhor dimensionar o valor dos honorários sucumbenciais.

(...)

Assim, não vislumbro razões para alterar a r. sentença no que tange ao valor dos honorários, uma vez que o magistrado "a quo", ao arbitrar os honorários de sucumbência, fixou-os em R\$ 1.000 (mil reais), para cada réu, ou seja, valor que se mostra proporcional e condizente com os critérios previstos no art. 85, § 2º, do NCPC.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Corte de origem está em desconformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A Segunda Seção desta Corte Superior firmou o entendimento de que o § 2º do art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito

Superior Tribunal de Justiça

econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa. O § 8º do art. 85, por sua vez, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13.2.2019, DJe 29.3.2019).

Na mesma direção:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. REGIME JURÍDICO. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA. FIXAÇÃO POR EQUIDADE.

IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA REGRA GERAL DO § 2º DO ART. 85 DO CPC/2015.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o EAREsp 1255986, fixou o entendimento de que a data da sentença é o marco temporal a ser considerado para definição da norma de regência aplicável ao arbitramento de honorários de sucumbência.

2. A Segunda Seção desta Corte Superior pacificou o entendimento de que § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa. O § 8º do art. 85, por sua vez, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

Precedente: (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. A regra geral de fixação dos honorários advocatícios entre 10% e 20% contida no parágrafo 2º do art. 85 do CPC não constitui um desestímulo à transação entre as partes, tampouco entrave ao acesso à Justiça, mas sim importante disposição legal que carrega racionalidade aos litigantes, sobretudo para inibir a propositura de

demandas temerárias perante a jurisdição estatal.

4. O precedente colacionado pela parte agravante com o intuito de comprovar a alegada divergência jurisprudencial apta a justificar futura interposição de embargos de divergência não guarda similitude fática com o caso ora em apreço.

5. Caso concreto em que, seguindo-se a ordem de gradação contida no parágrafo 2º do art. 85 do CPC de 2015 e verificando tratar-se, na origem, de ação de cumprimento de obrigação de fazer c/c reparação de danos morais julgada improcedente, ressoa inequívoco que "proveito econômico obtido" pela parte recorrente corresponde ao valor pretendido pela parte contrária na exordial e que corresponde, outrossim, ao valor da causa, corrigido monetariamente, devendo esse valor ser utilizado como base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1772394/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 20/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. POSSIBILIDADE. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/15. PROVIMENTO.

1. Execução de obrigação de fazer.

2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que, quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedente da 2ª Seção.

3. Agravo interno provido para majorar os honorários de sucumbência em favor da recorrente para 10% sobre o proveito

Superior Tribunal de Justiça

econômico obtido pela vencedora.

(AgInt no AREsp 1.337.674/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º.7.2019, DJe 2.8.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação declaratória de obrigação de fazer, fundada na negativa de cobertura de procedimento cirúrgico.

2. Os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, devendo ser observados os limites de 10% a 20% previstos no artigo 85, § 2º, do CPC/2015, a incidir sobre o valor da condenação, o proveito econômico ou o valor atualizado da causa. Precedente. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ. Precedente. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.

3. Agravo interno no agravo em recuso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.458.325/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial, para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora